



Ecophysis Ambiente

AMPLIAÇÃO DA EXPLORAÇÃO AVÍCOLA DA JOMIPE QUINTA DE SANTO ANTÓNIO

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL



RESUMO NÃO TÉCNICO

PROPONENTE: JOMIPE - SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA, LDA.

MAIO 2024



AMPLIAÇÃO DA EXPLORAÇÃO AVÍCOLA DA JOMIPE QUINTA DE SANTO ANTÓNIO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

APRESENTAÇÃO

A Ecophys Ambiente apresenta o Estudo de Impacte Ambiental da Ampliação da Exploração Avícola pertencente à Jomipe – Sociedade Agropecuária Lda. - Quinta de Santo António, localizada na freguesia de Canha, pertencente ao concelho de Montijo e distrito de Setúbal.

Maio de 2024

Coordenação do EIA
Maria Helena Nascimento
(Eng.^a Ambiente)



DOCUMENTO PREPARADO POR PERITOS COMPETENTES EM AIA:
CONSULTOR COORDENADOR NÍVEL 2
CONSULTOR ESPECIALISTA NÍVEL 2 (TERRITÓRIO, ÁGUA, RUÍDO E VIBRAÇÕES)
CONSULTOR ESPECIALISTA NÍVEL 1 (SOLO)

ÍNDICE DE VOLUMES

Resumo Não Técnico

Volume 1 – Relatório Síntese

Volume 2 – Anexos Técnicos

Volume 3 – Peças Desenhadas

ÍNDICE DE TEXTO

1	INTRODUÇÃO	4
2	IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DA ENTIDADE LICENCIADORA	6
3	APRESENTAÇÃO DO EIA	6
4	ANTERIORES PROCEDIMENTOS DE AIA	7
5	OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO	7
6	DESCRIÇÃO DO PROJETO	8
6.1	Implantação	8
6.2	Processo produtivo	9
6.3	Condições de produção/bem-estar animal	12
6.4	Equipamento	12
7	COMPONENTES AMBIENTAIS ANALISADAS	12
8	EVOLUÇÃO DO ESTADO ATUAL SEM A CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO	15
9	PRINCIPAIS IMPACTES NEGATIVOS E MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO	16
10	MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO	18
11	PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	19
12	CONCLUSÕES	19

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Enquadramento Regional e Administrativo do Projeto	4
Figura 2 – Localização do Projeto	5
Figura 3 – Localização do Projeto, face à RFCN (AP – Áreas Protegidas, ZEC - Zonas Especiais de Conservação; ZPE – Zonas de Proteção Especial)	6
Figura 4 – Implantação sobre a fotografia aérea	9
Figura 5 - Fluxograma	10

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Medidas de Minimização de Impactes	18
---	----

1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) do Estudo de Impacte Ambiental da Ampliação da **Exploração Avícola da Jomipe – Quinta de Santo António**, na fase de Projeto de Execução, sintetizando de forma acessível, para público não especialista, a informação técnica apresentada no Estudo.

O objetivo do projeto em avaliação, prende-se com a ampliação da exploração avícola existente, que neste momento está licenciada para 90 000 frangos, pretendendo ampliar a sua capacidade para 145 000 frangos.

Do ponto de vista administrativo, o terreno em causa situa-se na Quinta de Santo António, Taipadas, na freguesia de Canha do concelho de Montijo, pertencentes ao distrito de Setúbal (Figura 1). O Aviário da Jomipe localiza-se numa propriedade cuja área total é de 90 000 m², assentando na base física de 3 pavilhões, totalizando 7 158 m².

O Aviário apresenta boas acessibilidades, localizando-se perto do IC11 e da N10, sendo facilmente acessível tanto pela direção norte como pela direção sul.

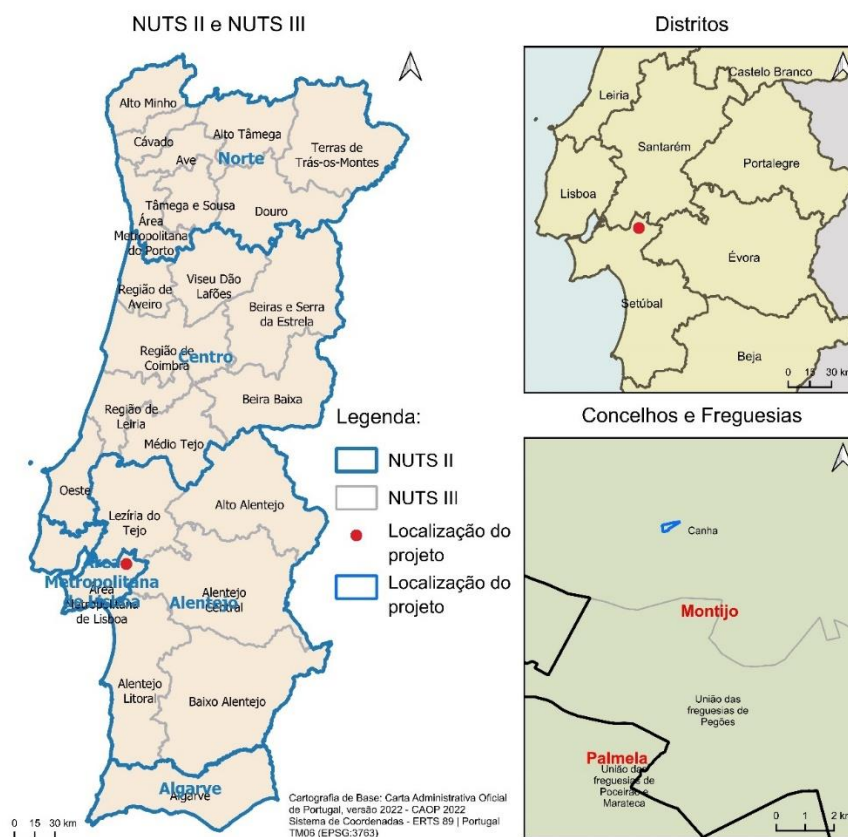


Figura 1 – Enquadramento Regional e Administrativo do Projeto

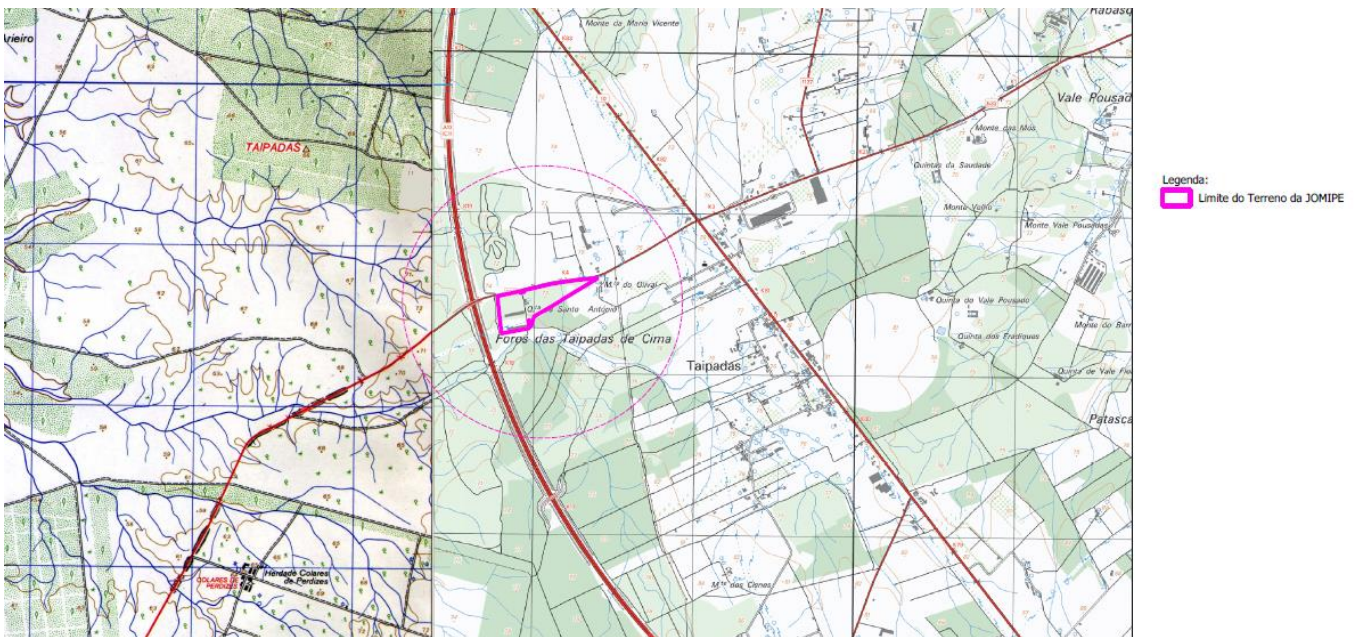


Figura 2 – Localização do Projeto

Este estudo enquadra-se no procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) termos do ponto ii) da alínea b) do nº 4 do artigo 1º do DL 151-B/2013, de 31 de outubro (RJAIA) na sua atual redação, a saber:

b) Qualquer alteração ou ampliação de projetos enquadrados nas tipologias do anexo I ou do anexo II, já autorizados, executados ou em execução e que não tenham sido anteriormente sujeitos a AIA, quando:

ii) O resultado final do projeto existente com a alteração ou ampliação prevista atinja ou ultrapasse o limiar fixado para a tipologia em causa e tal alteração ou ampliação seja, em si mesma, igual ou superior a 20 % da capacidade instalada ou da área de instalação do projeto existente, ou sendo inferior, seja considerado, com base em análise caso a caso nos termos do artigo 3.º, como suscetível de provocar impacte significativo no ambiente.

No que concerne ao enquadramento da área em estudo, verifica-se que o Projeto em estudo não se encontra localizado em nenhuma área pertencente ao Sistema Nacional de Áreas Classificadas – SNAC. Dos sítios da Rede Natura, as zonas classificadas mais próximas, correspondem à Zona Especial de Conservação (ZEC) do Estuário do Tejo (PTCON0009) e à Zona de Proteção Especial (ZPE) do Estuário do Tejo (PTZPE0010), que distam do Projeto, cerca de 12 km para Oeste (Figura 3).

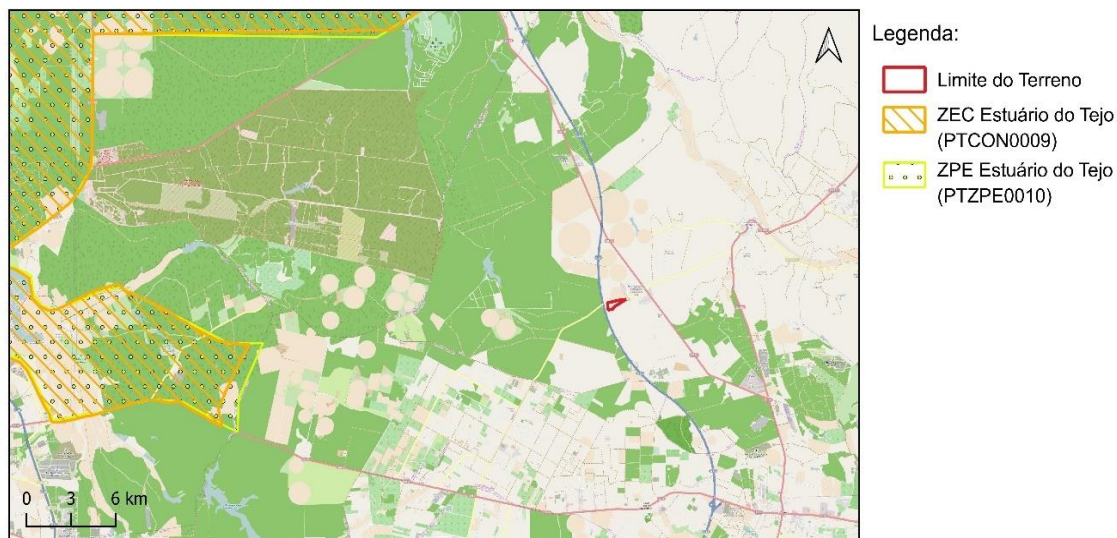


Figura 3 – Localização do Projeto, face à RFCN (AP – Áreas Protegidas, ZEC - Zonas Especiais de Conservação; ZPE – Zonas de Proteção Especial)

No que se refere a monumentos nacionais e imóveis de interesse público definidas no Decreto-Lei n.º 107/01, de 8 de setembro, não foram identificadas quaisquer edificações classificadas, na envolvente da zona em estudo.

2 IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DA ENTIDADE LICENCIADORA

A Jomipe – Sociedade Agro-Pecuária Lda. é o proponente do projeto da Ampliação da Exploração Aviária, sendo a entidade licenciadora a Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP-LVT).

3 APRESENTAÇÃO DO EIA

O presente EIA foi desenvolvido no período que decorreu entre junho de 2023 e março de 2024, e é formado por 3 volumes:

Volume 1 - Relatório Síntese (RS), que inclui toda a informação relevante sobre o projeto, efetuando-se uma caracterização completa, a descrição dos seus objetivos e justificação; caracterização do ambiente afetado pelo projeto, dos impactes ambientais associados, das medidas de minimização propostas, do plano de monitorização e todos os elementos considerados relevantes para a compreensão da avaliação de impactes efetuada.

Volume 2 – Anexos Técnicos: incluem os elementos que justificam as afirmações constantes no Relatório Síntese, mas que não são indispensáveis para a sua perceção.

Volume 3 - Peças Desenhadas: este volume reúne todas as peças gráficas que suportam a avaliação apresentada no Relatório Síntese.

4 ANTERIORES PROCEDIMENTOS DE AIA

O aviário da Jomipe foi sujeito a AIA em 2011, tendo em 2012 sido emitida a Declaração de Impacte Ambiental (n.º AIA 2516) e posteriormente a Licença Ambiental, n.º 475/0.0/2013, em 24 de setembro de 2013 e a Licença de Exploração n.º 965/2013, substituída pela LE n.º 661/2018.

O projeto sujeito a AIA previa uma produção anual de 90 000 aves, assentando na base física de 2 pavilhões, totalizando 3 parques de produção, sendo para esse quantitativo que foram avaliados os impactes decorrentes da exploração da instalação.

A 10 de outubro de 2012, a Câmara Municipal do Montijo emitiu parecer favorável ao proponente para a construção de um novo pavilhão avícola, a edificar na exploração aviária existente.

Tendo em consideração a crescente procura do mercado deste setor, o proponente pretende ampliar a produção de frangos em regime intensivo de 90 000 frangos para 145 000 frangos, utilizando para isso o novo pavilhão, totalizando quatro parques de produção para o efeito. Como tal, submeteu via SILIAMB, uma simulação do tipo “Renovação com Alteração de Licenciamento de Ambiente” por forma a solicitar a renovação da Licença Ambiental com a respetiva alteração. O resultado desta simulação foi a análise caso a caso (PL20230209001515), ao abrigo do artigo 3.º do RJAIA.

A autoridade do processo de Avaliação de Impacte Ambiental, neste caso, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), emitiu parecer no sentido do projeto de alteração/ampliação em causa ser sujeito a procedimento de avaliação nos termos do RJAIA, uma vez que a ampliação em causa, nos termos do ponto ii) da alínea b) do n.º 4 do artigo 1º do DL 151-B/2013, de 31 de outubro (RJAIA) na sua atual redação refere que qualquer alteração ou ampliação de projetos incluídos no anexo II, anteriormente sujeitos a AIA, que corresponda a um aumento de 20% do limiar e que seja considerada, com base em análise caso a caso, como suscetível de provocar impacte significativo no ambiente).

Assim, a deliberação foi para que o projeto seguisse normalmente o processo de AIA, justificando, portanto, a elaboração do presente Estudo de Impacte Ambiental (EIA).

5 OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO

Conforme referido, o aviário da Jomipe, dedica-se à atividade de produção intensiva de aves, nomeadamente frangos, com uma capacidade instalada de cerca de 90 000 aves.

Havendo evidências da procura de mercado, e tendo em conta a sustentabilidade e solidez da empresa, justifica-se a necessidade de ampliação do aviário da Jomipe, contribuindo para a produção de animais em condições de segurança e higieno-sanitárias adequadas e em conformidade com a legislação em vigor.

6 DESCRIÇÃO DO PROJETO

6.1 Implantação

O objetivo deste projeto prende-se com a ampliação da exploração já existente, que neste momento está licenciada para 90 000 frangos, para 145 000 frangos, sendo que serão atualizadas as capacidades nos pavilhões já licenciados. De 90 000 passarão a receber 105 000 frangos, sendo que não haverá alteração dos pavilhões, apenas será efetuado um desbaste das aves, saindo frangos mais pequenos para assar, e os restantes saíram com cerca de 1,9 kg e 40 dias, e inclui um pavilhão (nova construção) com capacidade para 40 000 frangos.

Atualmente a exploração está licenciada e a laborar em 2 pavilhões, um pavilhão avícola foi edificado em 1982, processo A-263/79 com a Licença de Utilização n.º 10 de 28 de janeiro de 1988 e o outro com dois pisos em 1991, processo A-6/91 com Licença de Utilização n.º 250 de 4 de setembro de 2002.

O terceiro pavilhão foi concluído em fevereiro de 2023, após emissão do Alvará de Obras de Construção n.º 68/19, de 18 de novembro de 2019 e submissão de um projeto de alterações, atendendo a que se procedeu a um ligeiro aumento da área do pavilhão.

O Aviário da Jomipe localiza-se numa propriedade cuja área total é de 90 000 m², assentando na base física de 3 pavilhões totalizando 7 159 m², distribuídos por:

- Pavilhão constituído por rés-do-chão e 1º andar:
 - 1.º piso 1 724 m²;
 - 2.º piso 1 680 m²;
- Pavilhão constituído por um piso com 1 729 m²;
- Pavilhão constituído por um piso com 2 025 m².

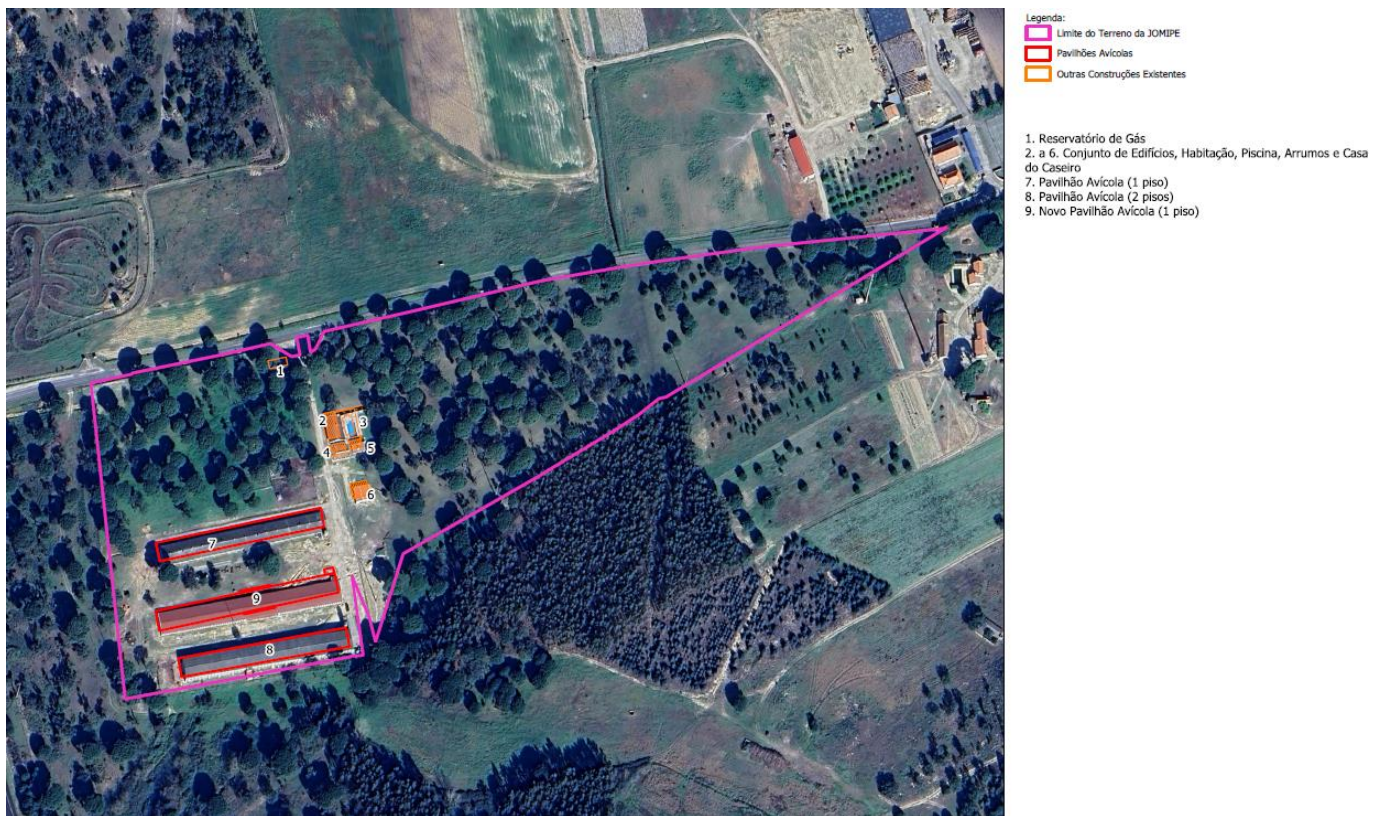


Figura 4 – Implantação sobre a fotografia aérea

O estabelecimento avícola desenvolve a sua atividade num sistema de integração, recebendo o pinto do dia, ração e medicamentos e vacinas conforme programa estabelecido pelo Médico Veterinário responsável sanitário da exploração, pelos Serviços técnicos da empresa integradora que no final de cada criação se compromete a retirar as aves, promover o seu abate das aves e comercializa o produto final.

O manejo da exploração é da responsabilidade do produtor que tem formação técnica adquirida por anos de experiência na engorda de frangos, participação em diversas ações de formação e permanente atualização técnica, conforme plano de formação da empresa integradora.

O esquema de produção assenta no sistema "tudo dentro - tudo fora", com a produção de 5 a 6 bandos de aves por ano.

6.2 Processo produtivo

Este processo compreende as seguintes fases consecutivas, sendo descritas de seguida:

1. Preparação do Pavilhão
2. Receção dos pintos
3. Cria – Recria – Engorda
4. Acabamento
5. Apanha, Transporte e Descarga
6. Limpeza das instalações e equipamentos

7. Defesas sanitárias e profilaxia e sanidade

8. Vazio Sanitário

Apresenta-se na figura seguinte um esquema simplificado do processo produtivo do aviário.

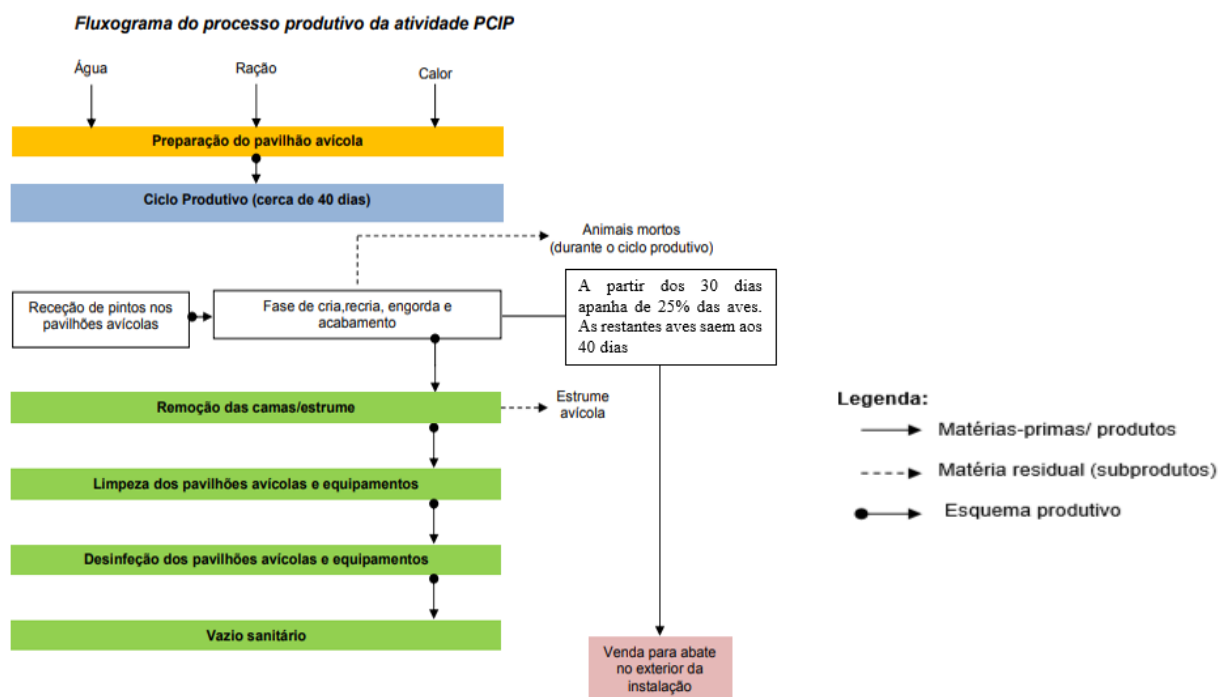


Figura 5 - Fluxograma

Nos parágrafos seguintes será efetuada uma breve descrição do processo produtivo.

Na **fase de preparação do pavilhão**, são desenvolvidas atividades que visam a criação das melhores condições para a receção dos pintos, tendo em conta que as aves vêm apenas com algumas horas.

Assim sendo, são preparados os ninhos e acionam-se os controladores de temperatura com vista à manutenção das condições ambientais adequadas à receção das aves, sendo igualmente efetuado o fornecimento de água e ração.

A **receção dos pintos** consiste basicamente no transporte e distribuição dos pintos desde o veículo de transporte vindo do centro de incubação até aos ninhos no interior do pavilhão, que são instalados no solo sobre o material de cama. Nesta fase, é também efetuado o controlo das condições de receção dos pintos e a verificação do estado sanitário das aves recebidas.

Em cada ciclo entrarão cerca de 145 000 pintos, considerando que as condições dos pavilhões são tecnicamente adequadas.

Na fase de **Cria – Recria – Engorda** que dura cerca de 6 semanas, por vezes menos, consoante as necessidades do mercado, findo o qual as aves serão enviadas para o centro de abate. Nesta fase os pintos já quase duplicaram o seu tamanho.

Na fase de **acabamento**, o esquema de produção assentará no sistema "tudo dentro - tudo fora", o que permitirá a produção de 5 bandos de aves por ano. A produção pode oscilar de acordo com as necessidades do mercado.

Terminado o ciclo produtivo tem-se a fase de **Apanha, Transporte e Descarga**, onde os frangos são apanhados, enjaulados e carregados no veículo de transporte até ao Centro de Abate.

O material de transporte dos frangos (jaulas) é posteriormente sujeito a um processo de lavagem e desinfeção para reutilização.

Na fase de **limpeza das instalações e equipamentos**, o pavilhão, bem como o equipamento para abeberamento e alimentação das aves, são higienizados, permanecendo em vazio sanitário (14 dias como mínimo) entre cada ciclo produtivo, de modo a reunir as condições higieno-sanitárias para receber um novo bando.

Após a remoção de todos os resíduos, o pavilhão e os equipamentos são lavados e desinfetados. A utilização de equipamento de alta pressão, de gota fina, nas lavagens, minimiza o consumo de água e a produção de águas residuais, já que a maioria evapora.

A limpeza dos silos inicia-se pelo seu esvaziamento total, abrindo-se as tampas de carga e descarga de forma a arejar. De seguida, limpam-se as paredes internas, batendo nas paredes exteriores do silo a fim de retirar todos os resíduos de ração.

As camas das aves, estrume composto por dejetos das aves e desperdícios de origem vegetal (aparas de madeira ou casca de arroz), são removidas com recurso a pá frontal do trator e enviadas para valorização agrícola, sendo respeitadas todas as regras inerentes a um correto acondicionamento e transporte, evitando-se assim a ocorrência de emissões difusas e odores desagradáveis para a atmosfera.

Não se verificam igualmente emissões para os solos e linhas de água.

No controlo de pragas, para a desratização existe uma planta de iscos e mapa de registo de renovação de iscos e outras observações.

A desinsetização é normalmente efetuada em conjunto com a desinfeção, antes do vazio sanitário.

O acesso dos veículos está condicionado por um portão à entrada que tem sinalização com indicação de acesso restrito.

A **defesa sanitária** da exploração é da responsabilidade do Médico Veterinário e é assegurada pela instalação de todas as medidas aconselhadas pela Direção Geral de Veterinária, mencionadas no Decreto-Lei n.º 81/2013, na Portaria n.º 637/2009 e demais legislação em vigor. A profilaxia e sanidade são aconselhadas pela Direção Geral de Veterinária, através dos serviços regionais do Ministério da Agricultura. A assistência técnica é assegurada pela empresa integradora através de um Médico – Veterinário auxiliado por assistentes técnicos que avaliam regularmente as condições do bem-estar animal, o manejo e o cumprimento das medidas exigidas pelos serviços técnicos da empresa integradora, cujas observações ficam registadas na ficha de bando do criador.

Após a concretização das fases anteriores, segue um período de isolamento sanitário essencial ao descanso das próprias instalações, denominado de **vazio sanitário**. Os pavilhões foram projetados de modo a preceituar uma ocupação racional com vazios sanitários de cerca de 2/3 semanas, entre cada ciclo produtivo, sendo aconselháveis 14 dias como mínimo, procurando-se assim com a interrupção do ciclo limitar o microbismo no aviário.

6.3 Condições de produção/bem-estar animal

De entre os fatores essenciais ao bem-estar das aves produzidas e que contribuem para a qualidade do produto final, destacam-se os seguintes:

- Administrações de ração, água e medicamentos;
- Aquecimento;
- Ventilação;
- Iluminação.

6.4 Equipamento

A área total da exploração avícola é de 90 000 m², sendo que as infraestruturas presentes no Aviário, após ampliação corresponderão a:

- 3 Pavilhões avícolas,
- Habitação do funcionário com instalações sanitárias,
- Habitação de férias com escritório,
- Silos,
- Fossa estanque,
- Arca frigorífica,
- Furo de captação,
- Depósito de Gás,
- Gerador de Emergência,
- Depósito de água (30 000 litros),
- 4 chaminés das 4 fornalhas.

7 COMPONENTES AMBIENTAIS ANALISADAS

Foram analisadas as seguintes componentes ambientais: Clima, incluindo alterações climáticas, Geologia e Geomorfologia, Solos, Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos, Resíduos, Fauna, Flora e Vegetação, Paisagem, Ambiente Sonoro, Qualidade do Ar, Resíduos, Saúde Humana, Ordenamento do Território, Património Cultural e Socio-Economia.

Quanto ao **Clima**, e de acordo com a classificação climática de Koppen, a área em estudo encontra-se numa num Clima Mediterrânico de inverno chuvoso e verão quente e seco. O quantitativo anual médio de precipitação é de 540,7 mm na estação climatológica do Montijo/Base Aérea, destacando-se o mês de dezembro como o mais pluvioso na estação da Escola Agrária, designadamente com 97,1 mm de precipitação. O valor mínimo regista-se em julho, com o reduzido valor de 3,2 mm na mesma estação.

O aspeto mais relevante consiste na influência que as **Alterações Climáticas** terão no projeto, nomeadamente, calor excessivo, seca, cheias e inundações, e as medidas mitigadoras a adotar.

Em termos de **Geologia**, e tendo como base a Carta Geológica de Portugal (Folha 35-C - Santo Isidro de Pegões, Escala 1:50 000), e respetiva notícia explicativa, a área em estudo caracteriza-se pela seguinte formação geológica: P - Complexo greso-argiloso de Pegões.

O local em estudo situa-se na bacia hidrográfica do Tejo, na unidade **hidrogeológica** Bacia do Tejo/Sado e no sistema aquífero T3 – Bacia do Tejo – Sado/Margem Esquerda.

Na área em estudo identificam-se apenas um tipo de **Solo**: Solos Podzolizados – Podzois, (Não Hidromórficos), com Surraipa, com A2 incipiente, de ou sobre arenitos. Relativamente a **capacidade de uso do solo** e a capacidade de uso Ds (com capacidade de uso baixa e limitações na zona radicular) que esta presente na área de exploração avícola em análise.

Relativamente ao **uso do solo**, verifica-se que a área de projeto se distribui em três classes de ocupação: Territórios Artificializados - Tecido edificado descontínuo esparso, Instalações agrícolas (correspondentes às instalações da Jomipe) e Rede viária e espaços associados; Agricultura – Culturas temporárias de sequeiro e regadio e Mosaicos culturais e parcelares complexos; e, Florestas – Florestas de eucalipto e Florestas de pinheiro manso, ocupação maioritária do projeto. Em visita ao local, verificou-se que as áreas agrícolas e florestais ocupam uma importante área envolvente da exploração. Surgem espécies como pinheiro manso e bravo, eucaliptos e alguns sobreiros.

Ao nível dos **Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos**, a área abrangida pela exploração avícola encontra-se inserida na Bacia Hidrográfica do Tejo, e pertence à Região Hidrográfica 5A – Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5A). Na área de estudo, encontra-se cartografada na carta militar uma rede de linhas de água com alguma expressão, afluentes da Ribeira do Vale Cobrão que é um afluente da massa de água Vala da Ponte da Pedra. Estas linhas de água apresentam regime torrencial, onde o escoamento é apenas verificado nos períodos mais chuvosos do ano. Relativamente à instalação em estudo, importa salientar a existência de uma captação de água subterrânea, do tipo furo vertical, com 73 metros de profundidade, destinada à atividade pecuária e com a Autorização de Captação n. A018363.2020.RH5A.

O **ambiente sonoro** da área de estudo é, essencialmente, contribuído por fontes naturais (aves, cães) e tráfego nas vias rodoviárias A 13 e EN 10, e na Estrada Municipal (EM533/ Rua do Patola) que dá acesso direto à exploração avícola. Durante a visita de campo efetuada ao local da instalação, constatou-se que os

equipamentos mecânicos existentes na instalação são muito pouco ruidosos, que se revelam localmente sem expressão e têm regime de emissão esporádico. Para caracterizar o nível de ruído ambiente no local da exploração avícola, recorreu-se aos resultados da medição efetuada no âmbito do EIA anterior, em 2011. Para a realização da referida medição, selecionou-se o recetor sensível localizado mais próximo da instalação, ponto designado (RS), correspondente a uma casa de habitação localizada a 507 m dos pavilhões avícolas (fontes de ruído). Refere-se que existem duas habitações dentro do limite das instalações: uma habitação é utilizada pelos caseiros da exploração avícola; a outra habitação só é utilizada pelos proprietários, durante as férias. Assim sendo, não se efetuaram medições nestes locais, uma vez que são utilizados pelos próprios funcionários e fazem parte da exploração. De acordo com os Mapas de Ruído do Concelho de Montijo, na área da instalação avícola e a sua envolvente, o ambiente sonoro atual caracteriza-se entre 50 a 55 dB(A), relativamente ao indicador Lden e entre 40 a 45 dB(A), relativamente ao indicador Ln.

Quanto a **qualidade do ar**, a fonte de poluição atmosférica com maior importância está relacionada com o trânsito local e das vias rodoviárias circundantes, proveniente da utilização da N313 e vias de acesso local. As edificações mais próximas ao Projeto correspondem a umas habitações dispersas junto à exploração avícola em estudo. Esta distância, apesar de não ser considerável, não é expectável que seja incomodativa para os residentes, quer pela dispersão de poluentes atmosféricos ou pelos odores decorrentes das futuras atividades, uma vez que os ventos dominantes são na direção oposta à das habitações.

Ao nível dos **sistemas ecológicos**, a área em estudo não se insere em locais integrados na Rede Nacional de Áreas Protegidas, nem na Rede Natura 2000 (Zonas Especiais de Conservação e Zonas de Proteção Especial), nem nas restantes áreas que integram o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC).

No que respeita ao descritor **Socioeconomia**, o nível de densidade populacional do concelho (cerca de 159,9 habitantes por km²). Este valor esconde, todavia, as inúmeras disparidades e assimetrias registadas na ocupação dos diversos espaços geográficos do concelho. Nos últimos anos alterou-se profundamente a estrutura do emprego nacional, regional e local. Efetivamente, acelerou-se o processo de terciarização, sendo que no concelho de Montijo, os setores de atividade com maior número de empresas sedeadas são as atividades relacionadas com comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos, atividades administrativas e dos serviços de apoio e as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares. Em termos de rede viária, o território do concelho do Montijo está relativamente bem servido, tendo atualmente condições excecionais de acessibilidade sendo servido nas ligações a Oeste e Sul pela A12 através da ponte sobre o Tejo - a Ponte Vasco da Gama e pelas EN10 e EN118, a Sul pela EN5 e ao interior pela EN4.

Ao nível do **Ordenamento do Território e Condicionantes Legais**, tendo como base a Planta de Ordenamento do PDM do Montijo, a área de estudo insere-se em Área de floresta de produção (Espaço Florestal). Considerando a Planta de Condicionantes, a área em estudo apresenta como servidões e restrições de utilidade pública: Montado de Sobre e Adutor da EPAL. Ainda de acordo com o PDM, a área do projeto não se encontra abrangida por nenhuma área classificada da RAN e da REN, mas que de acordo com

a Carta Militar, refere-se, que a área do Projeto integra várias linhas de água, afluentes da Ribeira do Vale Cobrão, pertencentes ao Domínio Público Hídrico, no entanto, estas linhas de água são de regime torrencial.

Relativamente ao **Património** Cultural, não foram identificadas ocorrências de cariz cultural e o terreno não tem interesse arqueológico.

Ao nível do descritor **Paisagem**, o local do projeto insere-se no Grupo de Unidade de Paisagem: “Terras de Sado” e na Unidade de Paisagem: “Areias de Pegões”. Esta unidade caracteriza-se pela sua planura e os solos arenosos, que são bem característicos da bacia sedimentar do Sado. Coexistem explorações agrícolas com dimensão muito diversas e variados usos, nomeadamente, vinha, culturas hortícolas, montados de sobro, pinhal e eucaliptal. Esta diversidade constitui um dos fatores determinantes do carácter desta paisagem, sendo explicada pela enorme gama de utilizações dos solos arenosos presentes quando existem em simultâneo disponibilidade de água, de matéria orgânica e de fertilizante. Analisando a envolvente mais próxima da área de projeto verifica-se que são dominantes as áreas de pastagens, com presença de galeria ripícola associada à ribeira das Toirinhas. A área de projeto insere-se em contexto urbano, encontrando-se o seu limite norte particularmente desenvolvido.

Decorrente do processo de engorda de frangos, a instalação avícola produz os seguintes tipos de **resíduos**: Embalagens vazias de medicamentos e das vacinas; Fezes, urina e estrume de animais; Aves mortas; Lâmpadas fluorescentes usadas; Lamas de fossa séptica; Resíduos urbanos e equiparados produzidos são, na sua maioria, de uso doméstico. A gestão de resíduos na empresa tem como prioridade evitar ou reduzir a quantidade de resíduos produzidos e promover a sua valorização. Estão a ser tomadas todas as medidas de preservação ambiental e cumprimento da legislação em vigor.

8 EVOLUÇÃO DO ESTADO ATUAL SEM A CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO

Neste capítulo, apresenta-se uma previsão da evolução da situação de referência para a área de estudo na ausência da implementação do projeto. É, pois, neste contexto que se apresentam seguidamente algumas considerações relativas à evolução da situação atual da área em estudo relativamente às várias vertentes do meio, considerando a sua evolução caso o projeto não se efetivasse. Esta análise baseia-se, assim, no conhecimento adquirido sobre a área de estudo e nas orientações e perspetivas de planeamento dos planos de desenvolvimento previstos para esta zona.

No caso de não concretização da ampliação da Exploração Avícola da Jomipe, não se preveem alterações significativas face à situação atualmente existente, ao nível alguns dos descritores ambientais avaliados, designadamente clima, geologia, ocupação do solo, ordenamento e condicionantes, paisagem, ecologia, atendendo a que as construções existentes irão manter-se.

Apenas relativamente ao ruído e qualidade do ar, a não concretização do aumento da capacidade da exploração avícola, poderá refletir-se numa manutenção das emissões atualmente verificadas, relacionadas com o tráfego afeto à atividade, e que se consideram pouco significativas.

9 PRINCIPAIS IMPACTES NEGATIVOS

No caso da Exploração Avícola da Jomipe, dado que se trata da ampliação da capacidade de produção de uma exploração existente, foram apenas analisados os impactes para a fase de exploração, uma vez que a exploração já se encontra construída.

Assim, os principais impactes ambientais identificados resumem-se no seguinte:

- Ao nível do **clima, meteorologia e alterações climáticas**, o aumento no consumo de água proveniente do furo que agrava indiretamente as secas hidrológicas sendo que a Área Metropolitana de Lisboa (AML), à qual a área de estudo pertence, possui como fator de vulnerabilidade secas mais frequentes e severas nas projeções bioclimáticas, o aumento de emissões diretas de gases com efeito de estufa (GEE), como o metano (CH₄) e o óxido nitroso (N₂O), originado pelos efetivos animais bem como do processo de gestão dos efluentes e pelos seus transportes a que lhes estão associados e de emissões indiretas de GEE provenientes do aumento do consumo de energia elétrica e de gás ou biomassa para aquecimento;
- Ao nível dos **solos**, a presença física do Aviário, através da impermeabilização do solo, originará ainda a redução da potencialidade de infiltração das águas com origem pluvial bem como a alteração do seu percurso de escoamento superficial, o que pode originar situações pontuais de erosão do solo. Além disso, durante a fase de exploração do Projeto as ações permanentes relacionadas com as alterações do coberto do solo para exploração das instalações corresponderão à ocupação prolongada no tempo por edificações, vias de acesso e restantes infraestruturas associadas necessárias para o funcionamento do Projeto;
- Quanto aos **recursos hídricos**, os impactes estão sobretudo relacionados com o consumo de água e com a produção de efluentes industriais. No que se refere ao consumo de água na instalação, este está sobretudo associado ao processo produtivo, designadamente destinada ao abeberamento animal, e instalações sanitárias. Salienta-se a probabilidade, embora muito reduzida, de ocorrência de situações acidentais de situações irregulares na operação de trasfega de efluentes pecuários e seu transporte até destino final;
- Relativamente ao **ambiente sonoro**, a zona caracteriza-se por níveis reduzidos de ruído. Pela análise desenvolvida pode concluir-se que o impacte sobre o ruído resultante do funcionamento da exploração avícola é praticamente nulo, isto é, o facto da exploração existir no local e estar em exploração, não agrava os níveis de ruído no local.

- Quanto à **qualidade do ar**, a instalação avícola em estudo apresenta dois tipos de fontes de emissão de poluentes atmosféricos, que consistem basicamente em: uma fonte difusa de emissão de poluentes atmosféricos do tráfego rodoviário associado à atividade de exploração, e fonte fixa de emissão de gases de combustão e partículas, com duas chaminés, correspondentes a uma fornalha, cujo combustível é o gás natural ou biomassa. No que diz respeito às emissões difusas, refere-se o aumento da libertação de odores, provenientes do metabolismo do acréscimo no número de aves e o aquecimento a gás propano e gerador de emergência;
- Quanto à **componente social**, em termos de efeitos negativos para a qualidade de vida das populações, há a referir, na generalidade, que o tráfego de veículos pesados para transporte de matérias-primas, produtos, subprodutos e resíduos, poderá estar na origem de alguma incomodidade, tanto ao nível do aumento dos níveis de ruído, como em relação ao aumento de poluentes atmosféricos. Ao nível dos fatores económicos, considera-se que a exploração do matadouro tem efeitos positivos ao nível da economia regional e local, uma vez que integra uma empresa de interesse para a região constitui um apoio à criação de emprego para a mão-de-obra local e ao desenvolvimento regional;
- Na fase de exploração do projeto em apreço, as emissões difusas para a atmosfera, provenientes do metabolismo das aves, e a emissão de poluentes atmosféricos das fontes fixas (3 chaminés do sistema de aquecimento) e do tráfego associado à atividade, configuram impactos sobre a saúde humana da população na envolvente, nomeadamente por causarem incomodidade e problemas de saúde. No entanto, encontra-se implementado um conjunto de medidas que visa minimizar as emissões difusas, mantendo as camas secas, evitando desperdícios de água e encharcamento de camas;
- Ao nível do **planeamento e ordenamento do território**, uma vez que o Projeto já se encontra construído, apenas se pretendendo aumentar a sua capacidade de produção, o mesmo encontra-se compatibilizado com o disposto no PDM de Montijo, visto que nas “Área de floresta de produção” são usos compatíveis a “*utilização alternativa por meio de produção agrícola e ou pecuária...*”;
- Quanto às **áreas legalmente condicionadas e de outras servidões e restrições públicas**, o aviário da Jomipe localiza-se sobre áreas pertencentes ao Domínio Público Hídrico e Montado de Sobro, encontrando-se ainda uma Conduta Adutora da EPAL no terreno. Para exploração da instalação, verifica-se a utilização do Domínio Hídrico através da captação de água subterrânea para uso industrial, de um furo licenciado para abastecimento de água da mesma, embora o impacto na fase de exploração do Projeto é nulo uma vez que não existe a interferência do mesmo com estas áreas excetuando o Domínio Hídrico cujo furo se encontra já licenciado. Nas áreas de Montado de Sobro, a exploração do Aviário deve acontecer de forma a não ser necessário abater qualquer exemplar de sobreiro, salvo em situações excecionais, devidamente justificadas;

- Ao nível da **paisagem**, os impactes prendem-se com alterações da morfologia natural do terreno e dos usos do solo e a execução de novas infraestruturas permanentes, as quais se refletem na estrutura da paisagem com repercussões ao nível do seu carácter e qualidade visual, contudo, estes consideram-se nulos pois as intervenções previstas não suscitaram qualquer alteração nas características da paisagem;

Vários descritores não apresentaram impactes negativos de magnitude suficiente para justificar medidas próprias, ou apresentando impactes que não são passíveis de serem minimizados.

10 MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

No sentido de melhorar o desempenho ambiental do projeto e reduzir os poucos impactes negativos identificados, o EIA sugere um conjunto de medidas, que deverão ser aplicadas na fase de exploração. As medidas propostas apresentam-se na tabela seguinte.

Quadro 1 – Medidas de Minimização de Impactes

Medida de Minimização	Fatores Ambientais
1. Continuar a manutenção e inspeção periódica de todas as estruturas ligadas à recolha / drenagem de águas, de modo a evitar colmatações e obstruções das mesmas e assegurar o bom funcionamento.	Recursos Hídricos
2. Continuar a garantir a limpeza a seco das instalações, após a saída de cada bando, evitando a realização de lavagens e conseqüentemente, o consumo de água.	Recursos Hídricos
3. Adotar boas práticas de deteção e reparação de fugas, aumentando a eficiência no consumo de água.	Recursos Hídricos
4. Garantir as boas condições físicas da fossa existente, no sentido de garantir o correto armazenamento das águas residuais domésticas.	Recursos Hídricos
5. Garantir a periodicidade adequada de trasfega das lamas acumuladas na fossa para a ETAR municipal mais próxima.	Recursos Hídricos
6. Garantir a continuação e a manutenção dos sistemas de fornecimento de águas aos animais (através de pipetas).	Recursos Hídricos
7. Garantir a obtenção da atualização do Título de Utilização de Recursos Hídricos para as necessidades de água anuais, após ampliação.	Recursos Hídricos
8. Garantir a obtenção do Título de Utilização de Recursos Hídricos para a nova captação a realizar.	Recursos Hídricos
9. Continuar a garantir o cumprimento das regras definidas no Código de Boas Práticas Agrícolas	Recursos Hídricos, Solos
10. Continuar a armazenar os resíduos em zonas protegidas de pessoas e animais e da ação do vento.	Solos, Gestão de Resíduos
11. Manter em funcionamento um adequado sistema de gestão de resíduos que permita o seu correto armazenamento e encaminhamento para destino final adequado, evitando a contaminação, não só dos recursos hídricos, mas também dos solos.	Solos, Recursos Hídricos, Gestão de Resíduos
12. Continuar a promover a sensibilização/formação dos utilizadores finais de estrume através do fornecimento de informações das boas práticas para aplicação/espalhamento do estrume em solos agrícolas.	Solos, Gestão de Resíduos

Medida de Minimização	Fatores Ambientais
13. Preenchimento adequado das e-GAR, na plataforma SILIAMB.	Gestão de Resíduos
14. Continuar a garantir a circulação de veículos pesados deve efetuar-se em período diurno.	Ruído, Saúde Humana, Componente Social
15. Assegurar a manutenção e revisão periódica dos equipamentos de ventilação e refrigeração, por forma a evitar situações anómalas de emissão de ruído	Ruído, Saúde Humana, Componente Social
16. Assegurar a conservação dos cobertos vegetais, que funcionem como cortinas de limitação de dispersão de poeiras, poluentes e de ruídos e como melhoramento da qualidade visual.	Ecologia, Condicionantes, Paisagem
17. Assegurar a conservação dos exemplares de sobreiro existentes no recinto da instalação.	Ecologia, Condicionantes, Paisagem
18. Manutenção periódica do sistema de ventilação.	Qualidade do Ar
19. A empresa deve garantir a formação contínua dos seus funcionários, no sentido de conhecerem os meios e métodos de prevenção de riscos e de as atuações face a situações de emergência.	Socioeconomia
20. Deverá ser assegurada uma adequada manutenção do local da instalação, assegurando a adequada gestão de resíduos e limpeza dos locais de trabalho.	Paisagem
21. Fornecimento dos dados de produção de resíduos, através do preenchimento do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) na plataforma do SILIAMB.	Gestão de Resíduos

11 PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

No EIA propõe-se a continuação da implementação do Programa de Monitorização dos Recursos Hídricos Subterrâneos, em curso para a fase de exploração.

12 CONCLUSÕES

O presente Estudo de Impacte Ambiental (EIA) teve como objeto de análise a ampliação e exploração do Aviário da Jomipe – Sociedade Agro-Pecuária, Lda., correspondendo a uma instalação já existente, localizada no distrito de Setúbal, Concelho do Montijo e freguesia de Canha.

A Jomipe com o presente projeto pretende a ampliação da exploração já existente, que neste momento está licenciada para 90 000 frangos, aumentando a produção para 145 000 frangos, sendo que serão atualizadas as capacidades nos pavilhões já licenciados. De 90 000 passarão a receber 105 000 frangos, sendo que não haverá alteração dos pavilhões, apenas será efetuado um desbaste das aves, saindo frangos mais pequenos para assar, e os restantes saíram com cerca de 1,9 kg e 40 dias, e inclui um pavilhão (nova construção) com capacidade para 40 000 frangos.

Assim, o aviário assenta na base física de 3 pavilhões, sendo um de dois pisos, ou seja, 4 parques de produção, e edifícios de apoio, localizando-se numa propriedade cuja área total é de 90 000 m², assentando na base física de 3 pavilhões totalizando 7 158 m², distribuídos por:

- Pavilhão constituído por rés-do-chão e 1.º andar:
 - 1.º piso 1 724 m²;
 - 2.º piso 1 680 m²;
- Pavilhão constituído por um piso com 1 729 m²;
- Pavilhão constituído por um piso com 2 025 m².

A análise de impactes, uma vez que o aviário já está em exploração incidiu sobre a fase de exploração e a avaliação efetuada no presente estudo, refere-se que na generalidade dos descritores ambientais, os impactes negativos resultantes da exploração do aviário, são pouco significativos e quase sempre reversíveis.

De realçar que a instalação em apreço está associada à ocorrência de impactes positivos significativos, durante a respetiva fase de exploração, que se farão sentir maioritariamente ao nível dos aspetos socioeconómicos, com a manutenção e criação de postos de trabalho, e ao nível da manutenção das condições rurais no território.

O aviário em questão contribui assim, não só para a fixação de residentes na freguesia onde se insere (Canha), como também para a economia e desenvolvimento na região. Trata-se de um aviário moderno, com tecnologia e procedimentos de acordo com as indicações do Ministério da Agricultura para este tipo de atividade e economicamente sustentável. Embora esta exploração não contribua de forma importante para o emprego total da região, uma vez que se trata de uma exploração com 3 trabalhadores, ela traz a mais-valia de favorecer tanto a conservação como a modernização do património rural e do modo de vida e paisagem rurais.

De salientar ainda que os impactes negativos identificados no presente EIA são passíveis de minimização ou compensação, através da implementação das medidas preconizadas para os vários descritores ambientais.

Conclui-se assim que apesar dos impactes negativos identificados, considera-se que os mesmos não serão inibidores da viabilidade do Projeto de ampliação do Aviário da Jomipe, dada a pouca relevância dos impactes negativos identificados.

